

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº 17866/2019-e

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.482.840/0001-38, com sede à Rua Antônio Mariano de Souza, nº 775, Ipiranga, São José/SC, CEP: 88.111-510, endereço eletrônico assessoriajuridica@lideranca.com.br, vem respeitosamente à presença de Vossa Ex^a, por seus procuradores subscritos, em atenção à decisão nº 1572/2023, apresentar sua

MANIFESTAÇÃO

Em face das alegações oferecidas pela empresa **GPLAN SERVIÇOS LTDA.**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, pelos fatos e direitos que passará a expor.

I – DOS FATOS

1. Trata-se de Manifestação apresentada por **GPLAN SERVIÇOS LTDA.**, face aos atos praticados pela SES/DF, no curso do Pregão Eletrônico nº 121/2022, cujo objeto foi a “*contratação regular de empresa especializada para prestação de Serviços de Limpeza, Higienização, Conservação, Asseio e Desinfecção Hospitalar nas Unidades desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal SES-DF, incluindo os serviços de desinfecção de superfícies e equipamentos (de acordo com o Manual de Higienização e normas vigentes), limpeza de áreas verdes, visando à adequada condição de salubridade e higiene, sob inteira responsabilidade da Contratada, com padrão de excelência necessário, com a disponibilização de mão-de-obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais, máquinas e equipamentos, e demais atividades correlatas, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.*”

2. Extrai-se Ata do Pregão Eletrônico que, após análise da proposta e documentação de habilitação, a Sra. Pregoeira declarou a inabilitação da empresa GPLAN, por entender que descumpriu com as regras do edital no quesito qualificação técnica. Senão vejamos:

“Pregoeiro 02/08/2022 09:05:30 Em síntese: (...) Em tempo, com fundamento no princípio da autotutela, o qual faculta a administração rever seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, esta área técnica retifica o documento número SEI 90976867, o qual julgou como apta a empresa



*GPLAN SERVIÇOS LTDA, tornando-a inapta, logo que **NÃO POSSUÍ A EXPERIÊNCIA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.***

3. Ainda, na fase de análise dos recursos administrativos, os quais atenderam plenamente aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a Sra. Pregoeira e a Autoridade Competente decidiram pela manutenção da inabilitação da GPLAN quanto aos itens 3, 4 e 9, pelo não atendimento das exigências mínimas previstas em edital, em especial à apresentação de Atestados de Capacidade Técnica exigidos.

4. Assim, restou habilitada e classificada a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda., declarada vencedora quanto aos lotes 3 e 4.

5. Desta feita, em face da inexitosa tentativa de mudar a realidade dos fatos em sede de recurso administrativo, a GPLAN busca a modificação do resultado do certame por intermédio de Manifestação nestes autos. Contudo, pelo que se demonstrará perante a esta Corte, carece de fundamentação o que alega a manifestante, motivo pelo qual os pleitos apresentados não devem prosperar.

II – DA TEMPESTIVIDADE

6. Esta empresa foi comunicada em 04/05/2023 por intermédio do Ofício nº 3323/2023-GP, encaminhando cópia do inteiro teor da Decisão nº 1572/2023, proferido pelo Conselheiro Manoel Paulo de Andrade Neto no Processo nº 17866/2019-e, conforme abaixo:

Prezado(a) Senhor(a),

Em conformidade com o art. 8º da Portaria-TCDF nº 15/2023, publicada no DODF de 09.01.23, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para comunicar que este Tribunal proferiu a Decisão nº 1572/2023, na Sessão Ordinária nº 5336, realizada em 19/04/2023, quando apreciou o Processo nº 17866/2019-e, de relato do(a) CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO.

Por conseguinte, informo que a referida decisão, bem como o(s) documento(s) porventura nela indicado(s) e outros relacionados ao mencionado processo, quando disponíveis para consulta, poderão ser acessados a partir de 21/04/2023, por meio do endereço eletrônico <https://etcdf.tc.df.gov.br?processoano=1786619>.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

João Batista Pereira de Souza
Secretário das Sessões



7. Referida decisão insta a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. a, caso tenha interesse, manifestar-se em 10 (dez) dias acerca das alegações oferecidas por GPLAN SERVIÇOS LTDA., onde contesta sua inabilitação em relação aos lotes 3, 4 e 9.

empresa Gplan Serviços Ltda.: IV – oportunizar o prazo de 10 (dez) dias à empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. inscrita no CNPJ n.º 00.482.840/0001-38, declarada pela SES/DF como vencedora dos Lotes 03 e 04 do PE n.º 121/22-SES, para que, caso tenha interesse, manifeste-se acerca dos fatos apontados na representação apresentada pela empresa Gplan Serviços Ltda.; V – autorizar: a) o

8. Ao analisar o regimento interno desta Corte, a partir do artigo 168, inicia-se a previsão de contagem dos prazos, asseverando que a contagem se dará dia a dia, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

9. Nesta senda, haja vista a comunicação ter sido oficializada em 04/05/2023, o início da contagem do prazo se daria em 05/05/2023, sexta-feira, encerrando-se em 14/05/2023, domingo.

10. Portanto, tempestiva a presente manifestação.

III – DO MÉRITO

11. Como dito, busca a Manifestante uma alteração do resultado do certame em relação aos lotes 3, 4 e 9, haja vista a sua inabilitação, alegadamente irregular. Desta forma, a presente manifestação se limitará a rebater os argumentos esposados pela GLPAN, de modo a auxiliar no deslinde do feito de maneira célere.

12. Não merece prosperar o que alega a GPLAN, visto que não há sequer indícios de irregularidades que venham a dar azo às pretensões suscitadas.

III.1 – Do Motivo da Inabilitação da Empresa GPLAN

13. A Manifestante, inicialmente, alega que foi inabilitada sem estudos técnicos que embasassem a decisão, asseverando, ainda, que a sua inabilitação ocorreu em decorrência de um entendimento supostamente não exigido em Edital.

14. Neste sentido, a GPLAN tenta fazer crer que foi irregularmente inabilitada do certame, afirmando que apresentou atestados de capacidade técnica contemplando a comprovação do mesmo serviço objeto do Termo de Referência (limpeza hospitalar), compatível em características, de no mínimo 30% (trinta por cento) da Metragem do lote disputado, bem como que teria comprovado experiência mínima de 3 anos.



15. Todavia, deixa a GPLAN de interpretar estritamente o que dispõe o instrumento convocatório, em seu item 11.1.3 e seguintes. Vejamos:

11.1.3. Qualificação Técnica:
[...]

II - Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa **prestado ou estar prestando o mesmo serviço objeto do Termo de Referência, compatível em características, de no mínimo 30% (trinta por cento) da Metragem do LOTE disputado do Termo de Referência;**

[...]

VI – Para a **COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 3 (TRÊS) ANOS,** é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

16. Em simples análise aos documentos de habilitação, verifica-se que os atestados anexados pela empresa GPLAN não demonstram experiência em limpeza de área hospitalar pelo prazo mínimo de 3 anos, restando apenas constatado a prestação do referido serviço pelo período de 1 (um) ano no Hospital Mahatma Gandhi (de novembro/2020 a novembro/2021). Portanto, não atendem os requisitos editalícios, em especial do item 11.1.3, V

17. Percebe-se, de pronto, que a GPLAN prefere fechar os olhos, em completo desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, fazendo uma interpretação isolada de subitem do edital, que melhor lhe convenha.

18. Como dito, é possível verificar através da análise dos atestados de qualificação técnica apresentados, que o único atestado compatível com os parâmetros estabelecidos pelo Edital, qual seja, serviços de limpeza em área hospitalar, não contempla a comprovação de experiência mínima no prazo de 3 (três) anos, portanto, não serve para atestar a qualificação técnica exigida pelo instrumento convocatório.

19. Ademais, quanto ao atestado apresentado pela empresa GPLAN referente ao Hospital Mahatma Gandhi, é no mínimo curioso que o mesmo comprove apenas 01 (um) ano de execução em limpeza hospitalar, considerando-se que normalmente os contratos são prorrogados. Se o contrato da referida empresa junto ao órgão concedente do atestado não foi prorrogado, se faz presumir que o serviço não deve ter sido bem prestado.

20. Destaca-se que, assim como o Edital, prescreve a IN SEGES/MP nº 05/2017 que, para os serviços de limpeza e conservação, deverão ser observados os seguintes aspectos:

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

[...] b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a **comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação**, podendo ser aceito o somatório de atestados (grifamos);

21. Deste modo, a norma determina que, para demonstração da aptidão técnica quanto à prestação de serviços de limpeza, o licitante deve apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis e semelhantes ao objeto da contratação, neste caso, a limpeza hospitalar, em m² (área física a ser limpa), bem como a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos.

22. Importante ressaltar que a necessidade de comprovação da capacidade técnica tem como objetivo evidenciar que a empresa, além de prestar os mesmos serviços, ou semelhantes, possui um grupo técnico adequado e disponível para a realização do objeto licitado. Ou seja, a empresa terá que ter capacidade de fornecer o serviço na quantidade exigida, com o conhecimento técnico exigido pelo Edital.

23. Neste sentido, a exigência de experiência na atividade por determinado período de tempo, constante de forma expressa no Edital, diferente do que alega a GPLAN, tem o condão de salvaguardar o interesse público e, conseqüentemente, a correta contratação pela Administração Pública.

24. Portanto, se os atestados apresentados pela GPLAN não preenchem os requisitos mínimos exigidos pelo instrumento convocatório, não restam dúvidas de que sua inabilitação foi medida justa e adequada, muito bem aplicada pela Ilustre Pregoeira, e confirmada pela Autoridade Competente hierarquicamente superior.

25. Ademais, a GPLAN não pode, e nem deve ser beneficiada em detrimento das demais empresas, estando mais do que correta a decisão de sua inabilitação do certame, após constatadas as irregularidades dos documentos.

26. Segundo ensinamento de Hely Lopes Meirelles: *“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”*.

27. Ora, notório que o único atestado válido para fins de comprovar a qualificação técnica na área de limpeza hospitalar não preenche ao requisito dos 03 (três) anos de experiência, sendo os demais atestados apresentados não compatíveis com o objeto licitado, pelo que correta a inabilitação da GPLAN.



28. Como assevera o artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios basilares, especialmente o da **vinculação ao instrumento convocatório**, que impõe a Comissão de Licitação o dever de observar as normas impostas pela própria Administração.

29. E, o artigo 41, *caput*, também da Lei nº 8.666/93, complementa o seguinte: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

30. No mesmo sentido, define o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

“Ao submeter à administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666/93 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital”.

31. Ora, é cediço que a não apresentação de todos os documentos relacionados no Edital por um dos licitantes macula a sua habilitação e, por consequência, a sua declaração como vencedor. As licitações públicas pautam-se num conjunto de formalidades que devem ser observadas, pois desconsiderar qualquer formalidade é ferir a lei, desrespeitando o princípio da vinculação ao edital.

32. Tem-se que o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e seus correlatos assim estabelecem:

Art. 3º A licitação destina-se **A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **SERÁ PROCESSADA E JULGADA EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO** e dos que lhes são correlatos.

Art. 45. **O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ OBJETIVO**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, **OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS**, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (*grifos nossos*).

33. Desta forma, o critério de julgamento não é uma faculdade e, por sua vez, o seu preenchimento pela licitante também não é facultativo, motivo pelo qual não cabe razão à GPLAN, em virtude do inequívoco descumprimento ao instrumento convocatório.



34. Ainda, é imperiosa manter sua inabilitação, haja vista que não pode a Administração olvidar das exigências dispostas no instrumento convocatório, que visam resguardar o interesse público.

35. A vinculação ao Edital visa garantir segurança às licitantes, resguardando também o interesse público, a fim de que a Administração observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege o certame.

36. Consoante a lição de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

O instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

37. Igual entendimento resta pacificado nos Tribunais pátrios, conforme se colhe dos julgados a seguir:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. **2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (STF - RMS: 23640 DF, Relator: MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 16/10/2001, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 05-12-2003 PP-00038 EMENT VOL-02135-07 PP-01268)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. **2. O Tribunal de origem entendeu de forma**

eskorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. **3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.** 4. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1178657 MG 2009/0125604-6, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/09/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/10/2010, *grifos nossos*).

38. No mesmo sentido é entendimento do TRF1:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INOBSERVÂNCIA DE REGRA CONTIDA NO EDITAL. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. SITUAÇÃO CONSOLIDADA. I - Na inteligência jurisprudencial deste egrégio Tribunal, **"O princípio da vinculação ao edital, previsto no ar. 41, caput, da Lei n. 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados"** (MS n. 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, 3ª Seção, DJ de 10.11.2004, p. 03). II - Restringindo-se a pretensão mandamental postulada nestes autos à anulação do ato administrativo que declarou vencedora a empresa licitante que apresentou a segunda melhor proposta no certame, a qual já se concretizou por força da sentença mandamental, datada de 22/08/2014, resta caracterizada, na espécie, uma situação de fato já consolidada, cujo desfazimento já não mais se recomenda, na linha do entendimento jurisprudencial consagrado em nossos tribunais, em casos que tais. III - Remessa oficial desprovida. Sentença confirmada. (TRF1. MS REMESSA EX OFFICIO 00098087620144013200. 5ª Turma. Des. Relator Federal Souza Prudente. Julgado 04/11/2015. Publicação 11/11/2015, *grifos nossos*).

39. O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) **O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)**"(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao



art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia (*grifos nossos*).

40. Neste norte, resta consolidado o entendimento que obriga a Administração a estrita observância das disposições editalícias, por meio dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União:

Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 483/2005 - Plenário)

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara)

41. Portanto, a pretensão da GPLAN não merece prosperar, uma vez que o certame obedece rigorosamente não só ao previsto no Edital, mas, sobretudo, ao que dispõe a Lei, devendo, pois, ser mantida a inabilitação da GPLAN, bem como a classificação da **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, como vencedora, e ainda, por força do princípio da vinculação do instrumento convocatório.

III.II – Da Juntada Posterior de Documentação que Deveria ter Sido Juntada Inicialmente e do Alegado Formalismo Exacerbado

42. Resta salutar, ainda, quanto ao atestado de prestação de serviços no Centro de Nefrologia do Maranhão, que o mesmo foi apresentado de forma intempestiva pela GPLAN, tão somente em fase recursal, como reconhecido pela própria Pregoeira e pela Autoridade Competente. Assim, pelo princípio da isonomia entre as licitantes, correta a desconsideração do atestado extemporâneo pela Administração e, conseqüentemente, a inabilitação da GPLAN.

43. Conforme Jurisprudência Selecionada deste Tribunal de Contas, a inclusão de documentação em momento posterior ao previsto em lei e no edital, reveste-se de ilegalidade. Vejamos:



Decisão TCDF nº 179/2022. Processo nº 3752/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – julgar, no mérito, improcedente a representação de autoria da empresa [...] (Peça nº 6, [e-DOC 930702B3](#) e anexos);

Relatório/voto

Versam os autos acerca de representação formulada pela empresa [...] contra decisão que a inabilitou do Ato Convocatório nº 160/2020 promovido pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES/DF, cujo objeto é a contratação de fornecimento de alimentação hospitalar para pacientes, acompanhantes e colaboradores autorizados das Unidades de Saúde da jurisdição [...]

foi inabilitada do Ato Convocatório nº 160/2020, **em face de suposta entrega intempestiva da documentação relativa à habilitação, a qual, entretanto, teria sido encaminhada diretamente via e-mail ao IGESDF**, em razão de supostos problemas técnicos na plataforma Bionexo (publinexo), canal de comunicação oficial do certame;

[...]

39. Sobre o ocorrido, não assiste razão à Representante. Como ressaltado pela Assessoria Jurídica do IGES/DF, a diligência realizada pelo Instituto em 23/12/20, **ao permitir que a licitante encaminhasse os atestados de capacidade técnica que deveriam constar originariamente da documentação de habilitação a ser apresentada no dia 07/12/20**, extrapola o limite e a finalidade da diligência prevista no item 26.4 do Instrumento Convocatório, que assim dispõe: 26.4. É facultado ao IGESDF, em qualquer fase da Seleção de Fornecedores, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

[...]

44. E ainda, assim dispõe este TCDF acerca da apresentação de atestados a destempo:

18. CAPACIDADE TÉCNICA. ATESTADO. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA DE REQUISITO PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. JULGAMENTO OBJETIVO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. DIMENSÃO ECONÔMICA E QUALITATIVA.

1. A interpretação ampliativa feita a posteriori de requisito presente em edital de licitação para comprovação de capacidade técnica dos licitantes, com o intuito de habilitar determinada empresa, prejudica a competitividade do certame e viola os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

2. A vantagem na contratação prevista no art. 3º da [Lei nº 8666/1993](#) abrange as dimensões econômica e qualitativa, de modo que as seleções públicas orientem-se pela busca da contratação com o menor preço, como regra, e também com o “melhor gasto”, sendo necessário haver aderência da proposta com os termos editalícios, sem conflito com os postulados do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, expressões do princípio constitucional da isonomia.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 229/2017-e. Decisão nº 1666/2017.](#)

Precedente Item 2: TCDF: [Decisão nº 2744/2016.](#)

45. Ora, não há que se falar em formalismo exacerbado por parte da Administração Pública, uma vez que o poder público tem como dever a adoção de medidas pertinentes para resguardar seus interesses, e conferir o adequado cumprimento aos princípios que regem o certame. Não obstante, como asseverado pela Sra. Pregoeira em sua decisão, em diligências junto ao órgão emissor, não foi possível confirmar a veracidade da documentação acostada posteriormente, pelo que correta a inabilitação da GPLAN.



46. Necessário salientar, também, que não se pode confundir o formalismo moderado com a completa inobservância das previsões editalícias, sob pena de quebra do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como da isonomia entre os licitantes e da legalidade.

47. No presente caso, a GPLAN, claramente inconformada com sua inabilitação no certame, não tendo logrado êxito em seu Recurso Administrativo, busca neste Tribunal de Contas a revisão do ato que a inabilitou, agarrando-se à tese do formalismo moderado, embora sua inabilitação tenha se dado por não atender as condições previstas em edital.

48. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ente da federação onde esta empresa possui sua sede, também já se manifestou no sentido de que não se pode considerar somente o formalismo moderado, em sobreposição aos demais princípios norteadores das licitações. Senão vejamos:

Apelação cível. Mandado de segurança. Licitação. Concorrência pública. Edital n. 0059/2018. Prestação de serviços continuados de mão de obra terceirizada. Inabilitação da impetrante por falta de qualificação técnica. Indeferimento da inicial. Insurgência da parte autora. Admissibilidade. Antecipação da tutela recursal. Julgamento do mérito. Pedido prejudicado. Impetração de mandado de segurança contra ato de inabilitação da empresa impetrante. Via eleita adequada. Impossibilidade de extinguir o writ com base em questões de mérito. Empresa inabilitada no certame pela ausência de comprovação técnica. Requisito previsto no artigo 27, ii, da lei n. 8.666/1993. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IRRELEVÂNCIA. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, CARÁTER CONCORRENCIAL DA LICITAÇÃO E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. RIGOR OU FORMALISMO EXCESSIVO NÃO VERIFICADOS. EDITAL QUE FAZ LEI ENTRE AS PARTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA IMPETRANTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO DESPROVIDO. (TJSC, APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA N. 0300954-94.2019.8.24.0023, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, REL. ANDRÉ LUIZ DACOL, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, J. 03-11-2022).

49. Portanto, não se pode ancorar somente em um princípio, renegando todas as demais diretrizes legais, em uma tentativa de reformar um ato legal.

IV – DOS PEDIDOS

50. Ante ao exposto, REQUER-SE:

- a) O recebimento e autuação desta manifestação, pois tempestiva, para que surta seus efeitos legais;



- b) No mérito, sejam julgadas totalmente improcedentes as alegações e pedido formulados pela empresa **GPLAN SERVIÇOS LTDA.**, mantendo-se incólume a decisão administrativa que a inabilitou, em relação aos lotes 3, 4 e 9 do Pregão Eletrônico nº 121/2022, uma vez que inexistem ilegalidades que possam dar azo ao que arguiu a licitante inabilitada.
- c) Que seja a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. cientificada da decisão desta egrégia corte, através de seus procuradores, junto ao endereço de sua sede, na Rua Antônio Mariano, n. 775, Bairro Ipiranga, São José/SC, CEP: 88.111-510 ou pelo e-mail: assessoriajuridica@lideranca.com.br.

Nestes termos pede deferimento!

São José (SC), 12 de maio de 2023.

Sabrina Faraco Batista
OAB/SC 27.739

Priscila Thayse da Silva
OAB/SC 34.314

Marlon Nunes Mendes
OAB/SC 19.199-B

